

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAR SOBRE?

Maya Eliz Sousa¹
José Roberto Feitosa Silva²

RESUMO

A escola como uma instituição da sociedade, a reproduz e a constrói concomitantemente, modulando-a a interesses desta sociedade. Considerando a escola como esse espaço de construção e reprodução social, pressupomos que as problemáticas sociais se fazem presentes. Se pensarmos nas questões relacionadas ao corpo, abordadas na disciplina escolar Biologia, podemos fazer o recorte na sexualidade e gênero, presentes no cotidiano escolar. Sob a ótica do currículo crítico podemos nos questionar quais conhecimentos são de interesse da sociedade. Aqui, trago esses recortes a fim de discutir o que está posto na disciplina biologia dentro do currículo escolar. A pesquisa foi realizada sob uma abordagem qualitativa, por meio de entrevista semi-estruturada com professoras(es) de uma escola pertencente à rede estadual de ensino do Ceará. Por meio da entrevistas, foi possível perceber um sentimento de falta de formação por parte das(os) professoras(es). Nos cabe pensar sobre isso com mais responsabilidade e não deixar os debates em questão se tornarem “temas” de aulas ou disciplinas específicas, mas que sejam compreendidos como participes do dia-a-dia escolar.

Palavras-chave: Corpo; Biologia; Entrevistas; Formação de Professoras(es)

INTRODUÇÃO

Se é verdade que a escola é uma instituição da sociedade que a reproduz e a constrói concomitantemente é, então, verdade que ela contempla e modula interesses da sociedade em questão, uma vez que não está desvincilhada do contexto sócio-histórico-cultural que permeia a sociabilização dos sujeitos, que a frequentam, em outros espaços e/ou outras instituições.

Considerando, então, a escola como esse espaço de construção e reprodução social, não nos cabe imaginar que nesse ambiente as problemáticas sociais não se façam presentes. Se pensarmos nas questões relacionadas ao corpo, sob os recortes de sexualidade e gênero, podemos perceber que tais questões estão presentes no cotidiano escolar, permeando as vidas de alunas(os)³, professoras(es), gestoras(es) e funcionárias(os). No entanto, também nos cabe a reflexão sobre tais temas não serem considerados relevantes para a comunidade escolar como um todo, de modo geral, sendo discutidas apenas nas aulas de disciplinas específicas,

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mattbioufc@gmail.com.

² Departamento de Biologia, Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, subprojeto Biologia, UFC.

³ Opto por uma grafia sem sexismo, priorizando a grafia feminina, a fim de não perpetuar uma lógica de supremacia masculina, comumente observada na língua portuguesa e na sociedade de modo geral.

como Ciências e Biologia – quando discutidas e não simplesmente escanteadas, por não pertencer aos conteúdos programáticos – uma vez que mesmo nas disciplinas supracitadas podemos perceber que, como nos coloca Furlani (2011), a abordagem acerca dos corpos, em geral, vem carregada de discursos e práticas biologizantes e higienistas. No conceito que nos propõe a autora, a abordagem biológico-higienista, que pode ser compreendida, sinteticamente, como direcionamento que visa debater a sexualidade humana considerando apenas o seu caráter reprodutivo, além de apontar as formas de contração de Infecções e Doenças Sexualmente Transmissíveis (IST e DST), relacionando ambas as discussões com seus métodos contraceptivos. Esta é uma premissa trazida na presente pesquisa, considerando as Ciências Biológicas como um conjunto de conhecimentos acadêmicos, que ao serem convertidos em conteúdos escolares, na forma das disciplinas Ciências, no Ensino Fundamental e Biologia, no Ensino Médio, trazem a unidade corpo humano por vezes medicalizada ao tratar do debate sobre corpos.

Se estamos falando sobre escola, disciplinas escolares, conteúdos e abordagens, estamos falando sobre currículo. Este que está sempre em debate pelas(os) profissionais de educação e pode ser compreendido, aqui, como o conjunto de conhecimentos que transmitem uma visão da sociedade ligada aos interesses de setores privilegiados da sociedade (MOREIRA e SILVA, 1997) e isso pode se dar a partir dos conteúdos elencados para serem abordados nas disciplinas escolares.

O currículo é pautado pelo contexto histórico da época no qual ele é proposto. No início do século XX a proposição de Bobbit, é que o currículo seria “[...] um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos” (SILVA, 2010. p. 12). Nesse sentido, o currículo tinha como objetivo responder a seguinte pergunta, o que deve ser ensinado?

À medida em que as décadas foram avançando outras formas de ver o currículo foram sendo propostas, a partir de outros questionamentos que condicionariam os conhecimentos escolares a serem colocados como curriculares. Considerando esses questionamentos, as teorias de currículo são divididas – didaticamente, por Tomaz Tadeu da Silva – em três campos: tradicional, crítica e pós-críticas. As duas últimas são colocadas como teorias que estão preocupadas em perguntar “por quê?” e não apenas “o quê”, enquanto a primeira busca apenas questionar isso, uma vez que ela considera que as teorias são neutras e científicas, isto é, mantem-se numa lógica positivista de que a ciência é algo distante de qualquer interesse (SILVA, 2010). As teorias críticas e pós-críticas, contrapõem isso e complementam essa

contraposição, considerando que teorias são instrumentos de ideologia e poder e apresentam interesses.

Fazendo um recorte na disciplina Biologia, podemos nos questionar quais os conhecimentos de interesse à sociedade brasileira atual. Dentro da Biologia, quando temos que tratar de conhecimentos relacionados ao corpo humano, sobretudo em se tratando de aspectos relacionados à reprodução, podemos compreender uma lógica de normalização dos corpos. Isto é, quando explicamos a anatomia e o funcionamento dos sistemas reprodutores de homens e mulheres, sob a visão determinista do sexo biológico, as Infecções e Doenças Sexualmente Transmissíveis (ISTs e DSTs) que são possíveis de serem contraídas, juntamente às medidas contraceptivas e o debate acerca da problemática da gravidez na adolescência. Desse modo, podemos perceber que, as abordagens sobre a temática sempre partem de uma visão engessada, binária e conservadora, reforçando uma lógica punitivista sobre o sexo, como se ter relações sexuais fosse somente trazer consequências negativas, não considerando o aspecto da satisfação pessoal, por exemplo, isto é, além da visão biológico-higienista temos também uma outra forma de abordagem atrelada, a abordagem moralista (FURLANI, 2011).

Não podemos esquecer que, assim como à época de Bobbit, é a definição da sociedade a qual os indivíduos pertencem que faz do modelo de seleção e determinação curriculares uma ação intrinsecamente conservadora (APPLE, 2006). Logo, se vivemos numa sociedade onde o patriarcado, o capitalismo e o racismo são os pilares de sua sustentação, aqueles sujeitos que manifestam uma expressão anti-hegemônica, isto é, ser mulher, LGBT+, negra(o), indígenas, por exemplo, é ser “fora do normal” e uma ameaça à moral e aos “bons costumes” (jargão comumente difundido no Brasil atual).

No presente trabalho trago esses recortes no currículo a fim de discutir o que está posto em “como” a biologia funciona, – se funciona – dentro do currículo escolar, como elemento/ferramenta de normalização dos sujeitos, uma vez que se ela está inserida nesse currículo, o escolar, ela cumpre algum papel social, no processo de construção uma sociedade padrão, mais especificamente sob os recortes de gênero e sexualidade, a partir do colocado sobre os corpos, e como isso é trabalhado, na disciplina em questão. Faço tal movimento, pois como Louro (2016) tenho interesse em como esse processo de normalização ocorre nos espaços pedagógicos que conhecemos, de reiteração dessa lógica e também refletir acerca de possibilidades de contrapor e, até, alterar tal fato, isto é, *queerizar* o currículo o que, segundo a autora “seria um movimento de desconfiar do currículo (tal como ele se apresenta), tratá-lo de modo não usual; seria um movimento para desconcertar ou transtornar o currículo.” (LOURO, 2016. p. 67).

Desse modo, o presente trabalho consiste numa avaliação de como o currículo escolar sobre um recorte da disciplina Biologia, do Ensino Médio, a partir da visão e atuação de professores vem debatendo as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Objetiva, também, compreender o processo de discussão acerca dos debates de gênero e sexualidade no Ensino Médio, sob a ótica de professoras(es) de Biologia, apontando uma avaliação acerca desse processo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada sob uma abordagem qualitativa, partindo de uma metodologia de entrevista semi-estruturada e que consiste na entrevista “que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987. p. 146).

As hipóteses que ancoravam as perguntas eram as de que, em geral, a disciplina Biologia é responsabilizada, no imaginário social de profissionais da educação, pelos debates de gênero e sexualidade, no entanto apenas no que tange a reprodução humana, métodos contraceptivos, infecções e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs e ISTs), isto é, sob uma visão biológico-higienista (FURLANI, 2011).

A entrevista continha cinco perguntas norteadoras, no entanto, os resultados apresentados nesse trabalho compõem o conjunto de respostas resultante de apenas uma delas, apresentada a seguir:

O que você acha sobre as temáticas Gênero e Sexualidade serem oficializadas no currículo escolar?

As repostas foram analisadas sob uma perspectiva da teoria crítica de currículo, buscando correlacioná-las com a literatura, de modo a traçar entendimentos acerca da forma como as questões relacionadas aos estudos de gênero e sexualidade estão postas na sala de aula, especificamente na disciplina Biologia.

Mas quem foram as(os) entrevistadas(os)? Entrevistei professoras(es) de Biologia para o Ensino Médio de uma escola da periferia da cidade de Fortaleza-CE. Escolhi entrevistar as(os) os professoras(es) dessa escola, devido à minha trajetória de formação. A escola em questão, se trata da instituição na qual concluí meu Ensino Médio e, além disso, foi nela onde vivenciei três dos quatro estágios obrigatórios para a minha graduação.

Dessa forma, foram entrevistadas(os) três professoras(es), sendo duas mulheres e um homem, separadamente. A essas(es) foram atribuídos nomes fictícios, para serem utilizados ao longo do texto e facilitar a sua compreensão. Os nomes atribuídos foram: Roberta, Andressa e Rubens. Adiante, trago a exposição e discussão sobre as respostas obtidas pelas entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo que tenhamos nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que a sexualidade trata-se de um tema transversal, como vimos anteriormente, o debate acerca do gênero e da sexualidade estão geralmente, relegados à disciplina Biologia (RIBEIRO e SOUZA, 2013). No entanto, para que isso mude faz-se necessário movimento da classe docente para tornar a temática mais inclusiva e compartilhada no currículo escolar, portanto às(aos) entrevistadas(os) foi feita a seguinte pergunta:

O que você acha sobre as temáticas Gênero e Sexualidade serem oficializadas no currículo escolar?

O professor Rubens considera que:

“ainda não é possível, até porque as pessoas nem sabem direito do que se trata e não buscam se informar sobre isso, então é melhor isso ficar fora mesmo, para não estar gerando problemas” (Professor Rubens).

O que me fez questioná-lo sobre o que poderia ser feito então para mudar isso e ele me disse:

“primeiro as pessoas deviam buscar conhecer isso, pois os conflitos que existem por conta disso são porque as pessoas não conhecem e nem buscam se aproximar do tema para poderem discutir e acabam falando o que não sabem. Tem um problema na formação também, mas o principal é a falta de interesse das pessoas em estudar sobre isso[...]” (Professor Rubens).

Podemos, então, compreender que o mesmo acredita que seja melhor manter fora, por falta de conhecimento dos profissionais de educação e que estes devem ter interesse em, por conta própria, buscarem formação acerca da temática em questão e que até que todas(os) profissionais de educação “alcancem” esse conhecimento, o currículo oficial deve manter-se sem gênero e sexualidade como partícipes do mesmo. O que, ao meu ver, pode manter-se como está, uma vez que oficializar tal temática no currículo pode gerar necessidade nas(os) professoras(es) de se capacitarem mais, a fim de debaterem isso em sala de aula com suas

turmas, a partir de uma reflexão de mudar o estado atual das discussões sobre tais temas. Freire (2014), nos aponta que “a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (p. 52), isto aplica-se ao que citei acima a ação de buscar capacitação docente acerca da temática, junto a uma ação diferente da tradicional podem vir a ser o passo para a mudança dos sentidos e significados que permeiam tais debates.

Em outras respostas tive apontamentos de que seria um processo interessante e que, segundo a professora Roberta:

“a gente rumava pra isso, né, todas as investidas que a gente tinha feito anteriormente antes desse governo atual era pra que isso se oficializasse realmente, e começasse a aparecer no livro didático, mas agora retrocedeu tudo, né, então eu acho que a gente tava no caminho certo, era o ideal, a gente chegar num ponto massa com relação a isso, mas a gente tá num momento muito difícil, eu acho que a gente não vai conseguir, talvez, com esse passo atrás que a gente tá tendo, seja assim um retrocesso de décadas e pra gente retomar o ponto que a gente tava é complicado[...].” (Professora Roberta).

A professora cita o atual governo e eu entendo que ela trata do governo federal, uma vez que este já fez várias declarações acerca da temática, inclusive utilizou durante sua campanha a suposta história de que nas escolas estavam sendo entregues o *kit gay*, que seria um conjunto de livros e outros artefatos cujo objetivo era tornar as crianças LGBTQs, discurso esse que foi bastante ventilado nas redes sociais e tomou proporções gigantescas. Mas não me debruçarei sobre isso, além do que já aponte.

Precisamos levar em consideração que o currículo serve a um objetivo. Objetivo este de atender aos perfis de cidadão e sociedade esperados, isto é, forma as identidades e subjetividades de uma sociedade, logo o que está posto no currículo escolar, deve atender a isso. Digamos que a escola, por meio do currículo, contribui na manutenção da conjuntura institucional, contribuindo não somente com o controle dos indivíduos, mas também com o controle dos significados (APPLE, 2006). O que também o torna vulnerável aos interesses de grupos sociais específicos, o que fica bastante fácil de perceber se nos voltarmos sobre as discussões e propostas de Reformulação do Ensino Médio, Escola Sem Partido (BRASIL, 2016) e Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), visto que determinados conhecimentos e discussões são escanteadas do currículo escolar básico sob interesse de um setor social com um discurso conservador, que percebemos um recrudescimento desse tipo de pensamento sobre nação e, conseqüentemente, tem tomado bastante espaço nas instituições escolares (SEPULVEDA e SEPULVEDA, 2016).

Considero importante, por essas colocações acima, pontuar que esse avanço do conservadorismo debruçado sobre o currículo escolar, como colocado por Sepulveda e Sepulveda (2016), tem objetivos, ao meu ver, bastante obscuros à sociedade brasileira. Vivemos um período histórico jamais imaginado pela atual geração de jovens, a qual pertencemos. E a escola tem sofrido grande investida para se tornar uma ferramenta de controle e alienação social, o que é bastante alarmante e preocupante mediante a não garantia de cumprimento dos incisos III e IV do art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), que dizem que a educação deve assegurar o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, respectivamente. No entanto, não podemos esquecer que as políticas curriculares, estão em constante disputa e isso é natural e importante para a formulação curricular.

Nas entrevistas, onde foram ditas que havia muito a se mudar, ainda para que a inclusão da temática de maneira mais ampla no currículo ocorra, questionei sobre o que precisa ainda ser feito para que alcancemos tal objetivo. De todos obtive basicamente a mesma resposta: Formação. Nisso as(os) professoras(es) colocaram necessidade de capacitação na temática, desde a formação inicial, mas uma das professoras destacou também que a formação continuada – inclusive ofertada pelo Estado – deve também pensar, sobretudo porque muitas(os) profissionais que atuam hoje não tiveram acesso a esses debates em suas graduações. Como nos diz Nóvoa, citando Hargreaves, “a formação de professores precisa ser repensada e reestruturada como um todo, abrangendo as dimensões da formação inicial, da indução e da formação continuada” (HARGREAVES apud NÓVOA, 1999. p. 26).

Mas e o que tem a Formação de Professores com essas discussões? Muitas pessoas devem se questionar isso. Avalio que se no processo de formação de professoras(es), seja inicial ou continuada, houvesse uma preocupação maior com as discussões de Gênero e Sexualidade, muitos desses problemas apontados pelas(os) entrevistadas(os) teriam uma evidência com menor complexidade no cotidiano escolar.

Essas temáticas são abordadas nos currículos de, apenas, 27 licenciaturas (RIZZA, RIBEIRO e MOTA, 2018) dentre os 13345 cursos de licenciatura do Brasil (MEC, 2019), isto é, apenas 0,2% das licenciaturas brasileiras são contempladas com disciplinas, obrigatórias ou optativas, que tenham as temáticas de gênero e sexualidade como componentes de discussão. Essas 27 licenciaturas, abrangendo todas as áreas do conhecimento e mesmo que todas essas fossem em Biologia, ainda assim seria pouco e não contemplaria sequer 1,5% do total de desses cursos, uma vez que segundo o MEC (2019) temos no Brasil, hoje, 1944 cursos de licenciatura em Biologia.

Com esses dados podemos perceber que ainda há muito a se fazer, em se tratando de formação inicial de professoras(es) – de modo geral e não somente na Biologia –, uma vez que a grande maioria dos cursos de licenciatura do país ainda não têm sequer acesso inicial aos debates relacionados a gênero e sexualidade de modo geral e nos espaços escolares. Mesmo que tenha o entendimento que gênero e sexualidade não são ensinadas nas escolas, elas acontecem nas escolas, avalio que há necessidade de capacitação acerca para as(os) professoras(es), para que essas(es) profissionais possam pensar nas possíveis necessidades dessa compreensão nos espaços escolares.

Em se tratando de formação continuada, segundo Rizza, Ribeiro e Mota (2018, p. 06) vêm ocorrendo “alguns movimentos governamentais, os quais têm visado ao investimento, por exemplo, por meio de cursos de formação continuada ofertado para professores/as da educação básica da rede pública e outros profissionais da educação, como o gênero e diversidade na escola”, no entanto, pelo explanado pelas(os) entrevistadas(os) ainda há necessidade disso, uma vez que, segundo elas(es) muitos das(os) professoras(es) ainda não têm aproximação suficiente com o tema para que possam, inclusive, debatê-lo na escola.

Considerando que foi respondido inicialmente à essa pergunta pelas professoras Roberta e Andressa, acabei por direcionar mais perguntas para cada uma delas.

Para a professora Roberta eu questioneei se:

“[...] tendo em vista que, por exemplo, nos parâmetros curriculares nacionais, né, os PCNs, eles colocam isso como uma temática transdisciplinar, ou seja, ele traz colocado em todas as disciplinas em todas mantem a responsabilidade sobre isso, essa seria a alternativa, continuar mantendo ela como transdisciplinar em que todas as áreas de conhecimento pudessem debater a partir de uma perspectiva que lhe convêm essa temática, tipo, a biologia partir de um debate biológico, mas também não se prender somente a isso, assim como as ciências humanas, as linguagens debaterem essa temática?”

E ela, então, respondeu:

“Sim, com certeza...inclusive essa questão transdisciplinar nos remete a um trabalho de projetos em escolas, as grandes escolas mundiais que tem grandes resultados trabalham temas transdisciplinares baseados em projetos pra escola inteira. Então eu acho que seria uma grande oportunidade esse trabalho nessa temática, inclusive abordando ela em projetos.” (Professora Roberta).

Nesse sentido, a professora propões que gênero e sexualidade, por serem temas transversais, sejam trabalhados por toda a escola, através de projetos integrais, isto é, com a participação de todos.

Já à professora Andressa, perguntei se:

“Na disciplina Biologia também cabe esse aspecto mais social da discussão, além ficar somente na fisiologia e na anatomia?”,

considerando que ela havia afirmado que essas temáticas fazem parte do cotidiano de todas(os), inclusive nos espaços escolares.

E ela respondeu:

“Com certeza, eu acho que sim, seria interessante. Né, também, eu acho que em outras disciplinas daria também pra ser colocado, né, puxando o gancho de algum conteúdo, associar...né, mas assim, eu acho que seria importante sim, porque é algo que tá muito presente na nossa vida, não é de agora, mas que com pouco tempo é que as pessoas tão conseguindo botar pra fora, né, conseguindo falar mais sobre o assunto, e eu acho interessante sim, né...teve até um programa na televisão que falava da questão dos banheiro dos gêneros, mas assim é como eu tô lhe dizendo, é tudo muito superficial, às vezes é até levado como piada, mas é uma coisa séria, a gente tem que ser trabalhado na escola, ne, pra que a gente possa ter mais informação.”

Nesse trecho a professora, nos aponta que a temática ainda não é tão levada a sério, o que deveria, e, assim, ainda faz-se necessário debater tais temáticas em todas as disciplinas e de maneira a debater todos os meandros dessas questões. Avalio que os debates envolvendo gênero e sexualidade ainda são permeadas por muitos tabus que resultam tanto da falta de debate quando da proibição envoltas nisso, com objetivo de controle dos corpos, dos sujeito e, conseqüentemente, da sociedade, o que nos faz lembrar do que Foucault (2008) vai chamar de governamentalidade, que se atribui do dispositivo da sexualidade – que o autor nos apresenta no seu livro *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1988) – nessa relação de poder.

Cabe pontuar também que se gênero e sexualidade estão no cotidiano escolar, portanto não devem se tornar “temas” a serem discutidos em disciplinas específicas, ou mesmo em todas, em datas específicas. O debate que proponho aqui é o de que haja em nossas formações como professoras(es) uma capacitação para lidar com situações que envolvam gênero e/ou sexualidade nos espaços escolares e não uma capacitação para ensinar isso, uma vez que parto da compreensão de que isso não se é ensinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, podemos assumir que é de responsabilidade coletiva pensar sobre tais questões. Mas isso não se trata de um processo simples, é preciso debater valores e costumes que estão vigentes na sociedade atual, que têm papel fundamental no processo de tornar certos assuntos tabus e marginalizá-los, a exemplo as questões sócio-histórico-culturais que envolvem a temática Gênero e Sexualidade.

A escola cumpre um papel importante nesse processo, mas enfrenta todas essas dificuldades como qualquer outra instituição social. É preciso pensar o currículo como algo mais amplo, lembrando que ele atende a objetivos de sociedade, portanto ao pensar o currículo escolar, faz-se necessário entendê-lo como essa ferramenta partícipe da construção e manutenção de um modelo social almejado. Entendendo, também, que a responsabilidade de pensar essas questões não deve ser posta somente a cargo das(os) professoras(es), pensar isso como responsabilidade coletiva, inclusive das políticas educacionais e seus processos de formulação.

Temos que enfrentar várias dificuldades nesse processo e uma delas é a própria formação docente, que precisa, também, ser pensada considerando a discussão sobre Gênero e Sexualidade como importantes e necessárias à sociedade brasileira, portanto que há necessidade de ser inserida com mais responsabilidade no currículo do Ensino Superior. Vimos que iniciativas nesse sentido, mas que ainda engatinham e precisam tomar corpo, consolidando-se como prioridade no processo formativo de professoras(es), inicial e continuamente. Se é verdade que as(os) professoras(es) que ainda não se sentem confortáveis e/ou qualificados para tais discussões em sala de aula, é verdade, também, que ainda falta formação nesse sentido para que isso se altere.

Convém refletir, também, sobre o que a situação atual desse debate significa para os sujeitos que historicamente estão sendo colocados como “anormais”, por fugirem aos padrões “normais” da sociedade. Será que não estamos contribuindo para que isso se mantenha? É esse nosso interesse como educadoras(es)? Estamos contribuindo para que a educação seja libertadora? Concluo deixando tais questões para reflexão coletiva.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Tradução: Vinícius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria Executiva; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação: **Sistema e-MEC**: Consulta avançada: Curso. MEC, 2019. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Ministério da Educação. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001. 164p.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 193 de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5LgOsZ-d6bEJ:www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp%3Ft%3D192259%26tp%3D1+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução: Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, K. S. **Pedagogia de Projetos**. GERIR, Salvador, v.9, n.29, p.17-37, jan. /fev.2003. Disponível em: <<http://www.liderisp.ufba.br/modulos/pedagproj.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

FURLANI, J. **Educação Sexual na Sala de Aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 92 p.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: _____ (org.) **Profissão professor**. Tradução: Irene Lima Mendes, Regina Correia e Luísa Santos Gil. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999.

RIBEIRO, L. A.; SOUZA, M. L. de. Diálogos sobre corpo, gênero e sexualidade com discentes do ensino fundamental. In: DUARTE, A. C. S.; CHAPANI, D. T. e SOUZA, M. L. de. **Aprendendo e ensinando ciências**: práticas vivenciadas em um projeto de difusão científica. 1. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2013.

RIZZA, J. L.; RIBEIRO, P. R. C.; MOTA, M. R. A. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e176870, 2018.

SEPULVEDA, José Antônio; SEPULVEDA, Denise. Conservadorismo e Educação Escolar: Um Exemplo De Exclusão. **Movimento Revista de Educação**. Ano 3, nº5. 2016

SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.